

2

Poder simbólico, corpos dóceis e instituições totais

2.1

O poder simbólico

A motivação para a realização de uma ação ou adoção de uma postura por um indivíduo inserido em um grupo social muitas vezes tem seu fundamento em questões que não podem ser vistas, normalmente sequer sendo percebidas, mas tão somente sentidas por aqueles que sofrem seus efeitos. São questões abstratas, incorpóreas, estando mais ligadas a fatores psicológicos que a coerções físicas, não podendo ser materialmente observadas por dizerem respeito mais ao mundo das ideias, dos sentimentos e das convicções.

Max Weber entende motivos como as causas da ação, o fundamento das atitudes e dos comportamentos, isto é, motivo é a “conexão de sentido que, para o próprio agente ou para o observador, constitui a ‘razão’ de um comportamento quanto ao seu sentido.” (2000, v. 1, p. 8). Dessarte, para os fins deste trabalho, pode-se definir motivação como a força que impulsiona o indivíduo a agir e a posicionar-se, sendo certo que este age ou posiciona-se sempre motivado, mesmo que na maioria das vezes não tenha conscientemente ideia de qual seja ela ou atribua sua ação ou postura a outros fatores que lhe dão alguma satisfação social e psicológica, ainda que não correspondam à realidade.

Com efeito, adverte Weber, referindo-se à ação social, que

A ação *real* sucede, na maioria dos casos, em surda semiconsciência ou inconsciência de seu “sentido visado”. O agente mais o “sente”, de forma indeterminada, do que o sabe ou tem “clara idéia” dele; na maioria dos casos, age instintiva ou habitualmente. Apenas ocasionalmente e, no caso de ações análogas em massa, muitas vezes só em poucos indivíduos, eleva-se à consciência um sentido (seja racional, seja irracional) da ação. Uma ação determinada pelo sentido efetivamente, isto é, claramente e com plena consciência, é na realidade apenas um caso-limite. Toda consideração histórica e sociológica tem que ter em conta esse fato ao analisar a *realidade*. Mas isso não deve impedir que a Sociologia construa seus *conceitos* mediante a classificação do possível “sentido subjetivo”, isto é, como se a ação, seu decorrer real, se orientasse conscientemente por um sentido. (2000, v. 1, p. 13)

A motivação se traduz por uma força interna ao indivíduo, mas que tem suas raízes nas crenças, nas opiniões, nos valores, nos hábitos e nos costumes do grupo

social no qual está inserido, sendo no sujeito introjetados e conservados por meio dos processos de socialização e contínuos reforços dessa socialização que aqui se pretende estudar, recorrentes no grupo social objeto desta pesquisa, o Exército Brasileiro, vivenciados pelos indivíduos que o compõem, o militar, mais especificamente o universo dos oficiais da linha de ensino militar bélico, combatentes, operacionais, formados pela Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN.

Pierre Bourdieu chama de poder simbólico a essa força que move as pessoas a agirem e a se posicionarem, normalmente de maneira tão firme e às vezes previsível, porém inconsciente, isto é, a serem o que são enquanto inseridas em um determinado campo, sem que haja uma coerção física ou uma motivação material para isto, a exemplo da força física ou do incentivo econômico. Aí mesmo reside a força imensurável deste poder, pois tem o condão de fazer com que o indivíduo acredite de maneira absoluta e inquestionável que aquilo que ele faz, pensa, ou crê, que sua ação ou posicionamento e sua própria forma de ser, sejam, na verdade, um sentimento pessoal e não uma imposição exógena. De fato, aduz o referido autor que em referência a essa força invisível

é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (2010, p. 7-8)

Bourdieu prossegue informando que os sistemas simbólicos são sistemas estruturados que exercem, por isso, um poder estruturante como instrumentos de conhecimento e de comunicação. O poder simbólico é um poder capaz de construir a realidade estabelecendo uma ordem ao influir na percepção, ou mesmo instituí-la, do sujeito em relação ao objeto. Isto impõe ao indivíduo um sentido imediato do mundo. Por isso os símbolos são, por excelência, os instrumentos de conhecimento e de comunicação do mundo social, tornando possível o consenso, isto é, a homogeneidade de entendimentos acerca do seu sentido, o que contribui para a reprodução da ordem social, integrando a moral à este mundo, isto é, o sentimento de certo e errado e por consequência o de dever. (2010, p. 9-10)

Estes instrumentos de comunicação e conhecimento se constituem nos próprios sistemas simbólicos a cumprir a função política de imposição ou de legitimação da dominação, significando um caso de violência simbólica que robustece as relações de força que atuam na dominação exercida sobre os

dominados, que por sua vez as assumem como legítimas, subordinando a elas voluntariamente suas vontades. É aquilo que, segundo Bourdieu, Weber chamaria de *domesticação dos dominados* no jogo pelo *monopólio da violência simbólica legítima* (2010, p. 11-12).

Os instrumentos de comunicação e conhecimento, isto é, os sistemas simbólicos, são arbitrários, mas tiram sua força do fato de serem ignorados como tais. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem, ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.” (BOURDIEU, 2010, p. 15).

Portanto, segundo Bourdieu, o poder simbólico é uma forma transformada das outras formas de poder, isto é, um poder arbitrário que impõem arbitrariamente sua força, mas que não é reconhecido como tal, pois tem sua forma transfigurada em forma legitimada (2010, p. 15), inobstante obter os mesmos efeitos que seriam obtidos pelo exercício da força física ou econômica, conforme se observa a seguir:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (2010, p. 14)

Percebe-se melhor as forças do poder simbólico que atuam sobre um campo, isto é, o capital simbólico que enriquece e qualifica um determinado campo, dando-lhe as feições que o distinguem dos demais, individualizando-o, como diria Bourdieu, num “espaço social de relações objetivas” que delimitam um “universo relativamente autónomo de relações específicas” (2010, p. 64,66), através da noção de *habitus* aplicada ao campo. Este, entendido como um domínio diferenciado por propriedades específicas que o extremam dos demais a ponto de poder receber uma denominação que faz vir à mente, mesmo que no senso comum, a ideia de um universo bem caracterizado e delimitado de relações sociais específicas e objetivas, com símbolos e valores próprios, a exemplo do campo militar, intelectual, da alta-costura, literatura, filosofia, política, do poder, direito, etc..., o que estabelece um universo que pode ser tomado como objeto de pesquisa científica pelas ciências sociais (2010, p. 66).

O *habitus*, segundo Bourdieu, é um conceito mais amplo e mais complexo do que o simples hábito, pois informa muito mais do que este pode exprimir, tendo sua origem no velho conceito aristotélico de *hexis*. Assim, “o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em acção”, isto é, se reveste de “capacidades ‘criadoras’, activas, inventivas”, dotado de um poder gerador que faz dele um “conhecimento adquirido e também um haver, um capital” (2010, p. 61).

O *habitus* capacita o agente a se movimentar com agilidade e eficiência dentro do campo sem que necessite parar para raciocinar a fim de se orientar e se situar de maneira racional, quer dizer, permite que se saia da filosofia da consciência sem que o agente seja anulado na sua condição de operador prático. Mauss, citado por Bourdieu, “reconhece a dimensão corporal da *hexis* como porte ou postura – a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado.” (2010, p. 62).

Com efeito, Marcel Mauss entende que os gestos e as posturas são menos um produto de arranjos e mecanismos individuais que uma idiossincrasia social. A natureza social do *habitus* exprime infinitamente melhor que o termo hábito o *adquirido*, a *faculdade* da *hexis* de Aristóteles, haja vista os hábitos embutidos no *habitus* não variarem simplesmente com os indivíduos e suas imitações, mas sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências, as modas e os prestígios, quer dizer, com o campo (2003, p. 404).

O prestígio, para Mauss, está em posição de destaque na aquisição do *habitus*, pois a educação é em boa medida efetivada pela imitação prestigiosa. Isto se dá em função de que as pessoas imitam atos bem-sucedidos, ou seja, socialmente aceitos ou mesmo incentivados dentro de um determinado campo, que viu realizados por pessoas em quem confiam ou têm autoridade sobre elas. O elemento social que qualifica um ato como ordenado, autorizado, provado e portanto legítimo na mente de um indivíduo que deve incorporá-lo para bem se ajustar ao grupo é precisamente essa noção de prestígio. Assim, há uma imposição social sobre o que deve ser o indivíduo enquanto integrante daquele grupo, demonstrando tanto mais sê-lo quanto mais aproxima suas atitudes e comportamentos daquelas atitudes e comportamentos socialmente impostos dentro do campo considerado. Bem por isso, “temos um conjunto de atitudes permitidas ou não, naturais ou não. Assim, atribuiremos valores diferentes ao fato

de olhar fixamente: símbolo de cortesia no exército, de descortesia na vida corrente.” (2003, p. 404-405, 408).

2.2 Corpos dóceis

A eficiência é continuamente buscada dentro de cada campo, devendo ser obtida por meio de uma aderência cada vez mais intensa do indivíduo aos caracteres que qualificam o campo. Isto quer dizer que quanto mais ajustado estiver o agente ao campo tanto mais eficiente ele será no desempenho dos seus papéis e mais reforçada estará a natureza do campo. Bem por isso, Michel Foucault, referindo-se a um campo específico, informa que

o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado” (2009, p. 131)

Corpo dócil é o corpo disponível à submissão, utilizável portanto, podendo ser transformado e aperfeiçoado. É o corpo que se manipula, se modela, se treina, que prontamente obedece e responde quando solicitado, tornando-se ágil para o fim a que se presta ao ter suas forças multiplicadas através do seu adestramento. A eficácia e a economia dos movimentos, sua organização para obtenção de um determinado resultado, é adquirida por um controle minucioso sobre as operações do corpo, sujeitando suas forças e impondo uma relação de docilidade-utilidade que Foucault chama de *disciplina*. As disciplinas visam a produção do aumento das habilidades, da absoluta sujeição, pronta obediência e maior utilidade. A disciplina é o meio pelo qual se obtém, portanto, corpos submissos, treinados e eficientes, isto é, corpos dóceis. (FOUCAULT, 2009, p. 132-133)

A disciplina, ao mesmo tempo e na mesma proporção que aumenta as forças do corpo para a produção dos resultados almejados, diminui sua capacidade de resistência à dominação, isto é, sua capacidade política de articular vontades. Ela anula a vontade pessoal do indivíduo, estabelecendo uma relação de sujeição estrita àquele que domina. A disciplina promove no agente o elo coercitivo entre

uma *aptidão otimizada* na realização das atividades que dele se esperam no campo em que está inserido e uma *dominação exagerada* às regras e exigências desse campo (FOUCAULT, 2009, p. 133-134).

Observa-se, assim, nesse agente, um completo ajustamento à ambiência social que o engloba. Ajustamento este obtido por meio da disciplina a que foi submetido, que se manifesta não só através de suas ações e posturas, mas por sua própria maneira de pensar, sentir e perceber o mundo. É o que Mannheim esclareceu ao afirmar que

a derivação de nossos significados, quer sejam falsos ou verdadeiros, desempenha um papel indispensável, que é o de socializar os acontecimentos para um grupo. Pertencemos a um grupo não apenas porque nêle nascemos, não porque professamos a êle pertencer, nem finalmente porque a êle prestamos nossa lealdade e obediência, mas principalmente, porque **vemos o mundo e certas coisas no mundo do mesmo modo que o grupo os vê** (isto é, em termos dos significados do grupo em questão). Em cada conceito, em cada significado concreto, está contida uma cristalização das experiências de um certo grupo. (grifo nosso) (1986, p. 49)

O homem disciplinado tem em comum com o homem de fé a importância que dá ao detalhe. Nenhum passa despercebido, pois, malgrado não ter consciência disto e justamente por isso, é no detalhe que reside o poder que irá dominá-lo. Isto se dá pelo fato de que o indivíduo não percebe o sentido que no detalhe está escondido, isto é, não tem consciência dos significados profundos ali embutidos que lhe conformam sua maneira de pensar, agir, sentir e perceber o mundo. Assim, Foucault entende disciplina como uma anatomia política do detalhe em virtude de que na dinâmica de um grupo social se observam “Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza” (2009, p. 134-135).

Esclarece ainda o citado autor, referindo-se a esses dispositivos, que “Descrevê-los implicará na demora sobre o detalhe e na atenção às minúcias: sob as mínimas figuras, procurar não um sentido, mas uma precaução; recolocá-las não apenas na solidariedade de um funcionamento, mas na coerência de uma tática.” (FOUCAULT, 2009, p. 134). É por isso que,

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (FOUCAULT, 2009, p. 136)

Foucault explica que os aparelhos disciplinares trabalham o espaço obedecendo ao princípio da *clausura*, da *localização imediata* ou do *quadriculamento individualizante*. Este princípio determina que cada indivíduo tenha seu lugar e cada lugar seja ocupado por um único indivíduo. É um princípio regido pela exclusividade, pois além de não admitir a existência de espaços vazios e indivíduos sem espaço, exige que cada espaço identifique um único indivíduo, quer dizer, não permite a ocorrência de repartições indecisas. Os espaços são divididos não como se fossem *territórios*, haja vista que isto teria por consequência uma certa dominação de quem o ocupa, isto é, uma certa independência ou liberdade do indivíduo dentro do espaço ocupado. Nem tampouco como um local físico ou fixo, pois neste caso estar-se-ia diante de uma *residência*. Nada disso é permitido: nenhuma autonomia, nenhuma individualidade do agente dentro do espaço que ocupa; por isso, nem *território* nem *residência*, mas um *lugar na fila*, um lugar que *classifica* uma única pessoa. O espaço disciplinar, como é chamado, permite um contínuo e intenso conhecimento, controle, domínio e utilização eficiente de quem o ocupa, pois identifica os corpos de maneira dinâmica dentro do grupo social ao distribuí-los e fazer com que circulem numa rede de relações pré-estabelecidas (2009, p. 138-141).

Os lugares individuais permitem o controle de cada um ao mesmo tempo que o trabalho simultâneo de todos, dando movimento a uma máquina de socializar regida pelos instrumentos da vigilância, da hierarquização, da recompensa e da punição. “São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos.” Institui-se, assim, um efficientíssimo instrumento de dominação e socialização que estabelece e conserva uma ordem muito bem definida (FOUCAULT, 2009, p. 142-143).

Juntamente com o *espaço* individualizante, outro aspecto observado por Foucault como poderoso instrumento de subjugar corpos e mentes à dominação e ao controle eficientes e úteis é o ajustamento dos gestos e das posturas, e dos seus movimentos, aos imperativos do *tempo*. Estabelece-se um esquema anátomo-cronológico do comportamento: o ato é decomposto por seus componentes, quando cada posição de cada membro, e mesmo a expressão facial, os gestos, os

movimentos e a postura do corpo, são minuciosamente definidos na sua forma e na sua duração. Isto faz com que o tempo penetre o corpo e com ele todos os minuciosos controles do poder. Técnica de sujeição que tornou famosos os regulamentos da infantaria prussiana após as vitórias de Frederico II, tendo por consequência sua adoção no treinamento dos exércitos de toda a Europa diante da sua inquestionável eficiência, demonstrada e comprovada na dura realidade da guerra (2009, p. 146, 148).

Outro instrumento de dominação e socialização muito empregado na aprendizagem corporativa, que segundo Foucault é uma forma de domesticidade, é o método de transferência de conhecimento, pois este se faz por meio de uma troca entre o mestre e o aprendiz. Aquele fornece seus saberes e este entra com seus serviços, sua ajuda e ainda com sua retribuição pelo que lhe está sendo proporcionado. Cria-se, neste processo, uma relação de dependência individual e total do dominado ou inferior em referência ao que domina ou superior, em função de um sentimento de gratidão mesclada com admiração que se instaura na relação, o que promove um certo tipo de submissão cega, absoluta e subserviente. Conjuntura esta reforçada pelo registro detalhado e minucioso, pelos professores e adjuntos, não só do desempenho, mas de tudo o que faz o aluno, em um livro ou fichas próprias para isto, o que avigora os laços de submissão de um lado e de proeminência de outro (2009, p. 150).

Um dos objetivos dessa domesticidade é constituir uma força produtiva cuja composição final seja muito superior à simples soma de seus elementos integrantes. A disciplina visa, assim, à construção de uma máquina cuja força se encontra não na capacidade bruta de seus elementos, mas justamente na articulação combinada deles entre si. O elemento que compõe a máquina é reconhecido como tal não por sua individualidade e valor, mas pelo espaço disciplinar que ocupa no todo, isto é, sua classificação e relações dentro de um esquema previamente estruturado, ou, como diria Foucault, como uma “peça de uma máquina multissegmentar.” (2009, p. 157-158).

O método Lancaster é um bom exemplo de como se institui uma máquina cujas engrenagens articulam o todo ao mesmo tempo que ligam seus elementos entre si, conectando-os por meio de uma teia de relações que coloca cada um no seu lugar, isto é, no seu espaço disciplinar:

Confiaram-se primeiro aos alunos mais velhos tarefas de simples fiscalização, depois de controle do trabalho, em seguida, de ensino; e então no fim das contas, todo o tempo de todos os alunos estava ocupado seja ensinando seja aprendendo. A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados como processo geral de ensino. (FOUCAULT, 2009, p. 159)

Estabelece-se, dessa forma, por meio dos procedimentos disciplinares, um tempo linear que se orienta para um ponto terminal e estável, isto é, um tempo evolutivo que se traduz em termos de progresso. Este esquema depende, para o seu funcionamento, de um sistema preciso de comando onde uma ordem necessariamente tem que prescindir de explicações e mesmo de ser formulada. O que importa é a manifestação do comportamento desejado ou necessário a uma dada circunstância. A compreensão dessa circunstância é absolutamente desnecessária para o agente, que deve tão somente perceber o sinal, isto é, a configuração da circunstância, e reagir prontamente a ele. Trata-se de uma técnica de treinamento que coloca o indivíduo em um mundo de sinais onde cada sinal corresponde a uma resposta obrigatória, rápida e automática, de maneira a se construir um esquema de poucas palavras, nenhuma explicação, silêncio absoluto só interrompido por sinais que devem ser pronta e automaticamente atendidos por meio de comportamentos previamente estabelecidos (FOUCAULT, 2009, p. 154, 160). Esquema, que segundo Foucault citando Boussanelle,

exclui despoticamente em tudo a menor representação, e o menor murmúrio: o soldado disciplinado começa a obedecer ao que quer que lhe seja ordenado; sua obediência é pronta e cega; a aparência de indocilidade, o menor atraso seria um crime. (FOUCAULT, 2009, p. 160)

O poder disciplinar é um poder modesto, de pequenos procedimentos que se manifestam no cotidiano; mas se exerce de maneira permanente, contínua e ininterrupta, sendo implementado por meio de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a combinação de ambos (FOUCAULT, 2009, p. 164).

A observação contínua, no campo militar, ao mesmo tempo que objetiva quatro efeitos determinados cada um por um imperativo, tem sua abertura possibilitada justamente pelos efeitos que almeja e seus imperativos, quais sejam: ao imperativo de saúde, corpos vigorosos; ao imperativo de qualificação, oficiais competentes; ao político, militares obedientes; ao de moralidade, prevenir a devassidão e a homossexualidade (FOUCAULT, 2009, p. 166).

A sanção normalizadora se efetiva através de um pequeno mecanismo penal interno ao sistema disciplinar, dotado de leis próprias, delitos tipificados, formas particulares de sanção e instâncias peculiares de julgamento que, atuando nas lacunas existentes no sistema legal mais amplo, qualifica e reprime um conjunto de comportamentos considerados espúrios por um determinado grupo social ao mesmo tempo que incentiva e reforça, *a contrario sensu*, a adoção de outro conjunto de comportamentos, estes positivamente valorados e por isso mesmo incentivados a serem adotados pelos integrantes do grupo. (FOUCAULT, 2009, p. 171).

A sanção normalizadora tem ainda uma esfera composta por processos sutis que se manifestam na aplicação de leves castigos físicos, brandas privações e pequenas humilhações, cujas consequências são mais simbólicas que práticas. Trata-se de uma máquina de socialização que penaliza tudo o que é considerado inadequado a um determinado grupo, isto é, desvios relativos ao “tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência)” (FOUCAULT, 2009, p. 171-172).

Foucault entende que esta esfera da sanção normalizadora, mais simbólica que realizável no mundo físico, mas com efeitos tão eficientes quanto ou até mais poderosos do que os do pequeno sistema penal inerente aos sistemas disciplinares, acima referido, tem, simultaneamente, os objetivos de

tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora (FOUCAULT, 2009, p. 172)

E, citando La Salle, conclui que

Pela palavra punição, deve-se compreender tudo o que é capaz de fazer as crianças sentirem a falta que cometeram, tudo o que é capaz de humilhá-las, de confundil-as: ... **uma certa frieza, uma certa indiferença, uma pergunta, uma humilhação, uma destituição de posto.** (grifo nosso) (FOUCAULT, 2009, p. 172)

2.3

Instituições totais

Erving Goffman, apresentando uma definição ampla de instituição total, a qualifica como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (2008, p. 11). São estabelecimentos sociais que se traduzem fisicamente em salas, conjunto de salas, edificações, construções onde se realiza um determinado tipo de atividade. Estas atividades podem ter caráter obrigatório, de onde o indivíduo tira seu sustento e adquire seu *status* social; ou podem ter caráter voluntário, a exemplo de clubes, agremiações e locais de diversão e descontração, onde a pessoa dedica o tempo que lhe sobra das atividades impostas (2008, p. 15-16).

Mas toda instituição apodera-se de parte do tempo do indivíduo que a compõe, dando-lhe em troca algo de seu universo. Tem sempre, por isso, uma propensão ao *fechamento*, isto é, um *caráter total*, sendo que este se caracteriza pela tendência que possui toda instituição de impor embaraços às relações do indivíduo com o mundo que lhe é exógeno, quer dizer, dificultar o contato, este visto como fator de influência, com uma cultura que lhe seja estranha (GOFFMAN, 2008, p. 16).

Goffman classifica como totais as instituições organizadas com a finalidade de realizar uma atividade específica da maneira mais eficiente e objetiva que se possa alcançar, se conformando, assim, por uma natureza instrumental na obtenção de determinados propósitos, tais como “quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do pondo de vista dos que vivem nas moradias de empregados)” (2008, p. 17).

Mas o fato é que os indivíduos inseridos na sociedade realizam suas atividades triviais do cotidiano, tais como as de trabalho, lazer, descanso, alimentação, familiares, de estudo, religiosas..., em diferentes locais que são distintos entre si de maneira muito significativa, com valores, hábitos e costumes próprios e totalmente diversos. A característica fundamental das instituições totais vem justamente de encontro a esta realidade, isto é, o caráter de fechamento se

centra exatamente na tendência da instituição em buscar reunir todas as esferas da vida em um só local, sob uma mesma autoridade, dentro de uma cultura organizacional hegemônica que responda a todos os anseios da vida. Quanto mais intensa a tendência ao fechamento, maior a aproximação da instituição com o modelo de instituição total (GOFFMAN, 2008, p. 17-18).

A vigilância, portanto, é fator preponderante nestas instituições, meio pelo qual se verifica a adequação do indivíduo ao grupo social, quer dizer, aos seus valores, crenças, hábitos e costumes, isto é, à sua visão de mundo, à qual deve corresponder ou subsumir a visão de mundo do indivíduo que o integra, manifestada pelos seus comportamentos e atitudes. Pode-se, assim, em toda circunstância, classificar as pessoas envolvidas em duas categorias, a dos superiores, que exercem a fiscalização, e a dos subordinados, que estão sendo observados, avaliados e julgados nas suas condutas, mesmo as mais triviais, de maneira a possibilitar a correção dos desvios através dos processos de socialização e seus contínuos reforços peculiares a cada instituição em particular (GOFFMAN, 2008, p. 18).

Aspecto que se ressalta na instituição total refere-se à natureza do trabalho realizado por seus integrantes. A forma de pagamento ou recompensa, a contrapartida pelo trabalho realizado difere drasticamente da existente na sociedade mais ampla, pois não há alteração na percepção salarial correspondente às variações quantitativas e qualitativas de trabalho ou resultados. Funciona um sistema de pagamentos secundário, frequentemente cerimoniais e simbólicos. O fator primordial é a disponibilidade do indivíduo, que em certas ocasiões terá pouquíssimo trabalho a realizar por longos períodos de tempo, mas deve estar sempre ali, disponível e com boa disposição para oferecer seus serviços. Em outras ocasiões, deverá demonstrar sua disponibilidade e disposição para um trabalho que poderia ser qualificado como escravo na sociedade mais ampla. Isto afeta de maneira pertinaz o sentido que o indivíduo possa ter de sua individualidade, introjetando nele um sentimento de posse da instituição em relação a si (GOFFMAN, 2008, p. 21). Por isso, algumas instituições qualificam o trabalho como um sacerdócio, sendo mesmo um crime relacioná-lo, mesmo que levemente, a uma contrapartida material. Observa-se aqui que as recompensas se fundamentam prioritariamente em capital simbólico

As instituições totais, pelos caracteres até aqui apresentados, se contrapõem a outra instituição fundamental da sociedade: a família. A formação de lares se configura em prova cabal de que a sociedade continuamente oferece resistências ao fechamento das instituições, motivo pelo qual o conflito faz parte da sua natureza, que se manifesta por meio de um ininterrupto processo de socialização e reforços dessa socialização que atua sobre seus integrantes a fim de tanto orientar ações e posturas quanto corrigir desvios do padrão almejado. Este aspecto é bem sintetizado por Goffman na assertiva de que em nossas sociedades as instituições totais são verdadeiras “estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu.” (2008, p. 22).

Bem por isso, o ritual de iniciação nas instituições totais compreende uma série de procedimentos aos quais são submetidos os iniciantes, chamado por Goffman de processo de mortificação do eu, ou processo de mutilação do eu, ou ainda processo de profanação do eu. Isto se faz necessário pelo fato de que, ao ingressar na instituição, o indivíduo procede de uma sociedade mais ampla, onde está inserido em inúmeros grupos sociais e em contato com tantos outros dos quais adquiriu valores, crenças, hábitos, costumes, opiniões próprias e divergentes das que compõem a visão de mundo da instituição à qual está em vias de integrar. Ou seja, o indivíduo que ingressa na instituição chega contaminado por valores exógenos e espúrios que devem ser “esquecidos” ou “apagados”, ao mesmo tempo em que deve ser “preenchido” por novos valores, crenças e opiniões, componentes estes da visão de mundo da instituição na qual ingressa. Só após este processo, o indivíduo deixa de ser um iniciante e passa a ter o *status* de um verdadeiro integrante daquela instituição, podendo legitimamente representá-la. Assim, a iniciação se caracteriza por

uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativas para ele. (2008, p. 24)

O primeiro desta série de procedimentos afigura-se em um afastamento radical dos demais grupos sociais dos quais faz parte o iniciante, procedimento este que na verdade já teve seu início antecipado nos casos em que o ingresso na instituição é voluntário. Este afastamento objetiva promover uma profunda ruptura inicial com os papéis até ali desempenhados e que conformam a

personalidade do indivíduo. Fazem parte desse processo, procedimentos simples, mas que produzem marcantes mudanças na carreira moral do iniciante, tais como

obter uma [nova] história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado. (GOFFMAN, 2008, p. 25-26)

A imagem que o indivíduo tem de si prossegue sendo continuamente atacada por meio de uma sequência ininterrupta de procedimentos que visam sempre demonstrar que a posição que ocupa naquele grupo é inferior, independentemente da que poderia ocupar na sociedade mais ampla. Esta condição ínfima é associada aos traços que carrega em si provenientes dos outros grupos sociais dos quais fizera ou, apesar de afastado mesmo que temporariamente, ainda faz parte. Deixa-se antever que à medida que seus caracteres de personalidade se afastarem desta realidade anterior e se aproximarem dos representativos da nova instituição, seu *status* melhorará. (GOFFMAN, 2008, p. 30)

Assim, para imprimir no iniciante o sentimento de que integra uma categoria inferior dentro da instituição, é qualificado por um termo de significado pejorativo que designa todo o grupo de novatos, termo este que realça a categoria como inferior, tais como *peixe*, *calouro* ou *bicho*, este último próprio às instituições militares brasileiras; é obrigado, diante dos já integrados à instituição, a adotar gestos e posturas considerados pela sociedade mais ampla como humilhantes ou aviltantes, a exemplo de, no campo militar, permanecer imóvel na posição de descansar ou na posição de sentido; é submetido a entrevistas nas quais vê violada sua intimidade, quando são feitas perguntas de cunho extremamente pessoal, cujas respostas vê registradas, na sua frente, em um dossiê do qual não tem maiores informações, não sabe sua finalidade e nem quem a ele terá acesso; é inspecionado com acentuada frequência, ocasiões em que sofre revistas pessoais na roupa que está usando, no seu próprio corpo e nos poucos espaços que ainda poderiam conter representações de algo do seu eu, como seu armário, sua cama, e seus objetos de uso pessoal, como os de higiene e limpeza. Inúmeros procedimentos, portanto, nos quais vê seu eu sendo profanado sem trégua (GOFFMAN, 2008, p. 27, 30, 31, 35).

Este processo de integração característico das instituições totais marca profundamente o iniciante, que não consegue mais se livrar dos pertinazes efeitos que produz na sua personalidade. Ocorrem perdas irreparáveis; mesmo que o indivíduo consiga, ao voltar ao convívio da sociedade mais ampla, restabelecer alguns dos papéis anteriormente desempenhados nesta sociedade ou venha a adquirir e desempenhar novos papéis, dificilmente conseguirá recuperar, “em fase posterior do ciclo vital, o tempo não empregado no progresso educacional e profissional, no namoro, na criação dos filhos. Um aspecto legal dessa perda permanente pode ser encontrado no conceito de ‘morte civil’” (GOFFMAN, 2008, p. 25).

As palavras de Herman Melville, citadas por Goffman, referindo-se a punições aplicadas em um navio de guerra do Século XIX, parecem realçar os contornos desta situação, quando opina que “tudo isso dá uma indicação terrível da autoridade onipotente sob a qual está vivendo.” (2008, p. 39).

Após integrado, isto é, socializado, a instituição continua movimentando sobre o indivíduo que dela faz parte todo um processo de constante socialização e reforços dessa socialização com a finalidade de conservar os padrões atingidos e corrigir os desvios que possam se manifestar, principalmente em fases posteriores à dos rituais de iniciação, quando o indivíduo, já socializado, estará em contato com outros grupos sociais ou mesmo os integrará. Manifesta-se, dessa forma, a tendência institucional de estar continuamente tentando se assenhorear de todas as esferas da vida de seu integrante, reunindo-as sob a égide de sua influência. Exemplo disso se observa nas atividades sociais realizadas com a participação de todos os níveis hierárquicos acompanhados de seus familiares. Situações estas em que têm ocasião “atividades desprovidas de seriedade, mas suficientemente excitantes para tirar o participante de seu ‘ensinamento’, fazendo-o esquecer momentaneamente sua situação real.” (GOFFMAN, 2008, p. 65). São práticas que permitem aos integrantes dos diferentes níveis hierárquicos chegarem “a ficar suficientemente perto para ter uma imagem um pouco mais favorável do outro, e a identificar-se com a situação do outro. Tais práticas exprimem solidariedade, unidade, e compromisso conjunto com relação à instituição, e não diferenças entre os dois níveis.” (GOFFMAN, 2008, p. 85).

Mas não se pode esquecer que, nestas ocasiões, os integrantes dos diferentes níveis hierárquicos “se misturam através de **formas padronizadas de**

sociabilidade – por exemplo, comem juntos, participam de jogos de salão, ou de bailes.” (grifo nosso) (GOFFMAN, 2008, p. 87), o que não deixa de ter um poderoso efeito na coesão do grupo social, haja vista o que relata Goffman, novamente citando Melville, referindo-se aos comentários de um *inferior* sobre uma destas atividades de relaxamento a bordo de um navio:

Afinal, pensei, é uma coisa agradável ver esses oficiais confessarem sua fraternidade humana com relação a nós; é agradável notar sua valorização cordial dos muitos méritos do meu incomparável Jack. Ah! Todos esses que me rodeiam são homens bons, não os conheço, e às vezes os julguei erradamente.

[...]

A seguir, Melville passa a comentar amargamente que, após essa liberação de papéis, os oficiais pareciam ter a capacidade de “virar o navio”, e voltar integralmente para seu rigor usual. (2008, p. 89)

Isto é, mesmo em atividades de distração e descontração, com a presença inclusive dos familiares, existem procedimentos padronizados que devem ser observados e adotados por todos, quando cada um é colocado no seu devido lugar sob um manto de proximidade e de cordialidade amistosa.

Há ainda dois conceitos que devem ser abordados na tentativa de um melhor esclarecimento acerca da substância da definição de instituição total: os ajustamentos primários e os ajustamentos secundários.

Os ajustamentos primários se configuram

Quando um indivíduo contribui, cooperativamente, com a atividade exigida por uma organização, e sob as condições exigidas – em nossa sociedade com o apoio de padrões institucionalizados de bem-estar, com o impulso dado por incentivos e valores conjuntos, e com as ameaças de penalidades indicadas – se transforma num colaborador; torna-se o participante “normal”, “programado” ou “interiorizado”. Ele dá e recebe, com espírito adequado, o que foi sistematicamente planejado, independentemente do fato de isto exigir muito ou pouco de si mesmo. Em resumo, verifica que, oficialmente, deve ser não mais e não menos do que aquilo para o qual foi preparado, e é obrigado a viver num mundo que, na realidade, lhe é afim. (GOFFMAN, 2008, p. 159-160)

Os ajustamentos secundários dizem respeito aos indivíduos que mantêm vivos dentro de si de maneira significativa, ou adquirem ao longo de suas vidas, mesmo já insertos na instituição que os quer totalizar, valores, sentimentos, crenças, opiniões, atitudes, não desta instituição, mas de outras instituições ou grupos sociais da sociedade mais ampla. Isto é, mantêm vivo um eu incompatível com a visão de mundo da instituição da qual fazem parte.

Encontram-se, assim, dentro de uma instituição na qual não só não estão adequadamente ajustados como reagem pessoal e internamente a este ajustamento. Buscam e encontram, dessa forma, maneiras de sobreviver naquele ambiente que

não lhes satisfaz e não supre suas necessidades, mas do qual não podem ou mesmo não querem se livrar. Bem por isso, Goffman define ajustamentos secundários como

qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do eu que a instituição admite para ele. (2008, p. 160)